

## EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE SANTO ESTEVÃO

Gabriela Araujo de Santana Lisboa<sup>1</sup>  
Nayara Cardoso de Oliveira<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A mudança dos artigos 26-A e 79-B que constam na Lei 9.394/96 para a Lei 10.639/03 – a qual refere-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, volta-se para a promoção da diversidade cultural e das relações étnico-raciais nas escolas. Vale ressaltar que esse dispositivo corresponde à implementação de políticas de ações afirmativas no sistema de educação do Brasil (GOMES; JESUS, 2013). A seguir, consta parte das diretrizes da Lei 10.639/03.

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

De acordo com Brasil (2004), o Ministério da Educação do Brasil está comprometido em implementar políticas de ação afirmativas a fim de solucionar problemas relativos às exclusões sociais, discriminações e injustiças de relações étnico-raciais do sistema educacional brasileiro. Cavalleiro (2003) ressalta a importância da discussão sobre as relações étnicas em sala de aula a fim de tornar o processo educacional mais igualitário e auxiliar na formação antirracista do cidadão.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação – UESB - Vitória da Conquista – Bahia, [gabriela.missantana14@gmail.com](mailto:gabriela.missantana14@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação Profissional em História da África, Diáspora e dos Povos Indígenas – UFRB – Cachoeira – Bahia, [nayaracardoso.historia@gmail.com](mailto:nayaracardoso.historia@gmail.com)

Isso porque a falta de discussões sobre o assunto pode levar à discriminação e ao preconceito, o que leva ao sofrimento da criança negra. Sendo assim, é fundamental a implementação de diretrizes curriculares a fim de ressaltar questões como as relações étnico-raciais e ensinar sobre a cultura afro-brasileira e africana (CAVALLEIRO, 2003). Vale ressaltar que a autora afirma ainda que se não houver discussões como essas, a criança negra será socializada para atuar a partir da submissão e do silêncio.

Ao concordar com as discussões de Cavalleiro (2003), no sentido de não silenciar as atitudes discriminatórias no contexto da sala de aula, principalmente dentro das escolas públicas, apontamos como primordial a formação de professores de modo que os mesmos estejam cientes da exigência da Lei 10.639/2003, que vinte anos comemora e ainda enfrentamos inúmeros desafios para colocá-la em prática. Nesse sentido, foi proposto para a rede municipal de Santo Estevão o Curso Racismo e Antirracismo na Escola com o intuito de fomentar reflexões sobre as questões raciais na escola e estratégias para o trabalho prático no contexto da sala de aula.

Ser antirracista nas escolas significa combater ativamente o racismo e promover uma cultura de inclusão e equidade para todos os alunos, independentemente da sua origem racial ou étnica. Isso envolve conscientização e educação sobre a história do racismo, preconceito e discriminação, bem como a promoção da diversidade e da valorização da identidade cultural de todos. Também inclui a implementação de políticas e práticas que previnam e enfrentem o racismo, bem como a promoção de diálogo aberto e respeitoso sobre questões raciais na sala de aula e em toda a comunidade escolar. Em resumo, ser antirracista nas escolas significa trabalhar ativamente para combater todas as formas de racismo e criar um ambiente educacional inclusivo, justo e respeitoso para todos.

Desse modo, a proposta da Formação para professores com a temática Racismo e Antirracismo nas Escolas visa fortalecer as propostas pedagógicas dentro das salas de aulas no sentido de contribuir para uma identidade positiva das crianças negras. Sendo assim, as práticas pedagógicas são métodos utilizados para tornar os processos de ensino-aprendizagem mais eficientes. Para isso, deve haver constante atualização acerca dos processos educacionais (SILVA et al., 2021).

## **O RACISMO DENTRO DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

O racismo é uma forma de preconceito que assume que os membros de categorias raciais têm características distintas e que essas diferenças resultam em alguns grupos raciais

serem inferiores a outros. O racismo geralmente inclui reações emocionais negativas aos membros do grupo, aceitação de estereótipos negativos e discriminação racial contra indivíduos; em alguns casos, leva à violência (GOMES; LABORNE, 2018). Essa discriminação refere-se ao tratamento diferenciado dos membros de diferentes grupos étnicos, religiosos, nacionais ou outros. A discriminação é geralmente a manifestação comportamental do preconceito e, portanto, envolve tratamento negativo, hostil e prejudicial de membros de grupos rejeitados (ALMEIDA, 2019).

O racismo é a incitação à discriminação, ao ódio ou à violência contra uma pessoa ou um grupo de pessoas devido à sua origem ou pertença, ou não, a uma determinada etnia ou raça. Tal discriminação, ódio e violência são dirigidos contra grupos minoritários (GOMES; LABORNE, 2018). De forma mais ampla, o racismo pode ser definido como um conjunto de teorias e crenças que estabelece uma hierarquia de raças e etnias, com base em equívocos e estereótipos. O racismo é uma forma de discriminação fundada na origem ou na origem étnica/racial da vítima. O racismo pode ser sustentado de várias formas; incluindo, estrutural (sistêmico/institucional), interpessoal ou individual (BATISTA, 2018).

Além disso, o racismo é diferente de preconceito racial, ódio ou discriminação. O racismo envolve um grupo que tem o poder de realizar discriminação sistemática por meio de políticas e práticas institucionais da sociedade e moldando as crenças e valores culturais que sustentam essas políticas e práticas racistas (ALMEIDA, 2019). Sendo assim, Dos Reis Sampaio, Lima e Balaban (2019) afirmam que à medida que nossos educadores conversam com os alunos sobre raça, racismo, equidade e justiça racial, tem-se um entendimento mais amplo acerca do racismo e das consequências geradas por esse preconceito. Dessa forma, percebe-se a necessidade de implementação de diretrizes e políticas públicas voltadas para esse âmbito.

Ao se tratar das crianças negras dentro das instituições públicas, as mesmas recebem tratamento desigual quando se envolvem em sistemas como assistência médica e educação, e também têm menos acesso a serviços de educação e saúde de alta qualidade, oportunidades econômicas e caminhos para acumulação de riqueza. Tudo isso reflete maneiras pelas quais o legado do racismo estrutural do Brasil criou condições que prejudicam desproporcionalmente a saúde e o desenvolvimento de crianças e famílias negras (SILVA *et al.*, 2021).

Cavalleiro (2003, p. 139) afirma que “que desde muito cedo o racismo está presente na vida de uma pessoa”. Em uma pesquisa feita pela autora em uma escola de crianças de 4 a 5 anos, foi constatado que as crianças negras tinham uma construção de identidade negativa. Além disso, as crianças brancas se sentiram superiores às negras. Em alguns momentos,

havia, inclusive, atitudes discriminatórias e preconceituosas por parte das crianças brancas em relação às negras. Vale ressaltar que, problemáticas como essas, geralmente, são “aprendidas” em casa e reforçadas na escola. Essas, por sua vez, promovem o racismo e dificultam a socialização.

Silva e Ribeiro (2019) afirmam que os professores tendem a perceber as crianças negras como mais velhas, menos inocentes, mais culpadas e mais criminosas do que outras crianças. Essa adultificação pode contribuir para o viés que os professores mantêm, esperando um comportamento negativo de crianças negras mais do que de outras. Esses fatos são indicadores significativos das maneiras pelas quais as salas de aula da primeira infância contribuem para o racismo social e antinegitude, ou a crença de que corpos negros se tornam marginalizados, desconsiderados e desdenhados. De fato, se os professores não estão trabalhando ativamente em prol de um espaço antirracista na escola, eles podem estar ensinando as crianças a serem racistas por meio de seus próprios comportamentos e palavras na sala de aula. Para enfrentar esses desafios, deve-se não apenas fornecer os serviços necessários para todas as crianças e suas famílias, mas também criar novas estratégias para abordar as desigualdades “a montante” que ameaçam sistematicamente a saúde e o bem-estar de crianças negras pequenas e adultos que cuidam delas (SILVA *et al.*, 2021).

## **PROPOSTAS DE COMO TRABALHAR O ANTIRACISMO NA ESCOLA**

Para aprender sobre raça, as crianças precisam de tempo, espaço, currículo e suporte para falar e dar sentido ao que estão vendo e percebendo. Exige que os professores abracem a conversa, mesmo que sintam incerteza ou desconforto ao fazê-lo. Os professores devem falar sobre raça todos os dias porque a raça existe todos os dias. As crianças merecem espelhos que refletem a si mesmas e janelas para espiar as experiências de outras pessoas. Eles merecem a oportunidade de fazer as perguntas que se formam em suas mentes sobre diferenças e semelhanças enquanto aprendem a categorizar o mundo ao seu redor. Ao contrário das abordagens mais comuns adotadas, ser antirracista é mais do que amar todas as crianças da mesma forma ou ensinar as crianças de maneira mais geral sobre bondade e justiça. É mais do que celebrar a diversidade durante eventos especiais e depois seguir com o currículo (SILVA; RIBEIRO, 2019).

Propomos aos professores da rede municipal de Santo Estevão algumas literaturas afrocentradas com o objetivo de fortalecer o trabalho antirracista na escola, ao quais estão apresentados no quadro a seguir:

## PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA O TRABALHO ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS

- ✓ Abordar nome oralmente, nome dos familiares, cabelo, penteado, explorar as características da família;
- ✓ Pensar nas características individuais de cada indivíduo, abordar as preferências das crianças;
- ✓ Trabalhar a raça e etnia das crianças;
- ✓ Apresentar nos documentos normativos da escola as leis 10.639/03 e 11.645/08;
- ✓ Repensar os cartazes e decoração em geral da escola de forma que atenda as questões éticas das crianças;
- ✓ Trazer literaturas afrocentradas como prioridade nas contações de história;
- ✓ Apresentar personalidades negras de forma que as crianças se sintam representadas positivamente;
- ✓ Priorizar as brincadeiras e jogos africanos e indígenas;
- ✓ Trazer para o cotidiano das crianças filmes com essa temática;
- ✓ Fomentar as produções artísticas afrodescendentes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os professores antirracistas ensinam sobre racismo ao longo do dia e no currículo. Eles apontam e reconhecem isso e convidam as crianças a discutir raça, racismo e desigualdade quando as veem. Quando os professores convidam para uma conversa sobre como todos estão aprendendo sobre raça e que o racismo está ao nosso redor, dá-se às crianças o espaço para nomeá-lo e para se tornarem antirracistas (SILVA *et al.*, 2021).

Fundamentalmente, para criar espaços antirracistas, os educadores devem adotar os conceitos de antirracismo. Eles devem tomar medidas diretas e intencionais contra comportamentos, práticas, políticas e crenças racistas para desmantelar e interromper o racismo. Nas salas de aula estão os futuros médicos, policiais, funcionários do governo e professores que viverão em uma sociedade racial. A criação de um programa antirracista para a primeira infância é essencial para sua sobrevivência e garantirá que as crianças de hoje recebam toda a segurança necessária (SILVA; RIBEIRO, 2019).

Silva e Ribeiro (2019) afirmam que o verdadeiro trabalho de equidade não pode começar até que os professores estejam fundamentados em um entendimento comum sobre as realidades e brutalidades únicas na história e presente, particularmente as estruturas que foram implementadas ao longo do tempo para beneficiar os brancos e simultaneamente oprimir os

outros. Todos devem estar envolvidos na causa; no entanto, os educadores precisam dar esses passos em direção ao antirracismo antes que isso aconteça.

**Palavras-chave:** Formação de professores; Práticas pedagógicas; Racismo e antirracismo na escola.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BATISTA, Waleska Miguel. **A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural**. 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC-SECAD/SEPPPIR /INEP, 2004.

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10.01.2003.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DOS REIS SAMPAIO, Gabriela; LIMA, Ivana Stolze; BALABAN, Marcelo (Ed.). **Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil**. SciELO-EDUFBA, 2019.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra**. **Educação em Revista**, v. 34, 2018.

SILVA, Claudemir Dantes da et al. **As Relações de poder entre professoras e crianças: registros da educação infantil**. 2021.

SILVA, Layla Maryzandra Costa; RIBEIRO, Daniela Maroja. **A ressignificação de uma pedagogia: construção da identidade da criança negra na educação infantil**. 2019.